

Todos ganham com o Piso regional

Ser um agente da distribuição de renda, elevando o rendimento dos trabalhadores menos favorecidos, é a principal razão de ser do piso salarial regional, com impacto nos rendimentos dos trabalhadores dos setores público e privado e ainda sobre o poder aquisitivo da população e nas finanças estaduais com aumento da arrecadação tributária.

A abrangência potencial do piso regional pode ser estimada em cerca de 1,135 milhões de trabalhadores gaúchos de baixa renda, porque incide, especialmente, sobre trabalhadores desorganizados, que atuam na informalidade, pescadores, agricultores e outros, situados na base da pirâmide social.

O piso não inclui os trabalhadores protegidos por dissídios e acordos coletivos de trabalho, ou que tenham piso definido em lei federal.

Ganham os trabalhadores, o Estado e a economia

O piso Salarial Regional serve de indutor do desenvolvimento social e econômico, porque aumenta a capacidade de consumo dos trabalhadores e, conseqüentemente, no recolhimento do Imposto Sobre Circulação de Mercadores e Serviços (ICMS), principal tributo do Estado.

Não é verdade que o piso enfraquecerá as negociações entre trabalhadores e empregadores. O piso é uma referência; daí para cima é livre negociação, pois visa proteger categorias com menor poder de barganha.

Representa uma política pública de trabalho inquestionável e não uma guerra a ser travada entre trabalhadores, governo, empregadores.

Quanto à participação do Estado na regulação do mercado, esta é uma velha tese que a recente e aguda crise financeira que se abateu sobre os Estados Unidos da América do Norte, vem desmistificar. Não fosse a intervenção do governo, socorrendo bancos e grandes corporações e a economia norteamericana entraria em colapso.

Cresce o nível de emprego

Desde a implantação do Piso Regional, em 2001, o emprego formal no Rio Grande Sul apresenta trajetória de crescimento. Segundo os dados do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS), de 2001 a 2009, foram gerados cerca de meio milhão de novos postos de trabalho, alta de 30% no período, passando de 1,98 milhões de empregos em 2001 para 2,60 milhões em 2009. Ao mesmo tempo a taxa de desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre caiu de 14,9% em 2001 para 8,7% em 2010.

Micro e pequenas empresas podem absorver o piso

Pela última pesquisa do IBGE com as micro e pequenas empresas, os trabalhadores do comércio varejista e prestação de serviços, respectivamente, trariam de retorno para a empresa o equivalente a 7,5 e 3,6 vezes o seu custo. Por exemplo, a receita anual por pessoal no comércio é de R\$ 26.400,00 enquanto seu custo anual com pessoal é de R\$ 3.510,00.

Veja benefícios gerados com o reajuste de 17,33%



SALÁRIO MÍNIMO REGIONAL VALORIZAÇÃO JÁ

17.33%

2001

2002

2003

2004

2005

2006

2007

2008

2009

2010

2011

Governo estadual e centrais sindicais debateram piso regional

Em audiência no Palácio Piratini e na Assembleia Legislativa, as centrais apresentaram proposta de 17,33% no reajuste do salário regional

No dia 08 de fevereiro, representantes das centrais sindicais CUT-RS, CTB, NCST, UGT, CGTB e Força Sindical foram recebidos pelo governador do Estado, Tarso Genro, no Palácio Piratini.

Na conversa que durou cerca de uma hora, os sindicalistas apresentaram a proposta de reajuste do piso salarial regional que as entidades irão defender junto ao legislativo. O índice de 17,33% é a média do PIB dos últimos dois anos, no Estado, acrescido do INPC acumulado dos últimos 10 meses, mais um percentual do acúmulo



da perda do piso regional, desde sua criação, em 2001. Essa recuperação do valor histórico será dividida em duas parcelas.

O presidente da CUT-RS, Celso Woyciechowski, salientou que o salário regional é um instrumento essencial para a democracia. "Apresentamos nossa proposta e queremos ter êxito", disse Woyciechowski no final da reunião.

Segundo os representantes das entidades sindicais, o governador acenou positivamente para a negociação e lamentou o Rio Grande do Sul ter o menor mínimo de todos os estados que possuem essa política.

Na AL, Villaverde parabenizou ação das centrais

A pauta de reivindicação do reajuste do piso regional também foi protocolada pelas centrais na Assembleia Legislativa, em reunião com o presidente do legislativo, deputado Adão Villaverde.

Woyciechowski relatou o encontro com o governador e explicou os critérios que levaram ao índice apresentado. "Queremos estabelecer o diálogo com a Assembleia Legislativa sobre esse tema fundamental para a democracia e o fortalecimento do mercado interno", disse o dirigente.

Apesar de o reajuste depender de uma iniciativa do executivo, enviando uma proposta para o legislativo Villaverde garantiu que os líderes das bancadas vão tomar conhecimento do documento que estava sendo entregue, para iniciar o debate sobre esse assunto o mais breve possível.

"É muito importante esse iniciativa das centrais de antecipar esse debate, que sabemos o quão importante é para a sociedade e o desenvolvimento do nosso Estado. Coloco o parlamento a disposição para a realização desse debate", declarou o parlamentar.



Perdas do Piso Regional

Quando criado em 2001, o menor valor do Piso Regional do RS valia o equivalente a 1,28 salário mínimo nacional. Hoje, este valor representa apenas 1,07 salário mínimo, acumulando uma perda de 27,41%. Veja ao lado gráfico demonstrativo das perdas do piso regional em relação ao salário mínimo nacional.

Acompanhe:

O projeto com o índice de reajuste a ser acordado deverá ser encaminhado à Assembleia Legislativa ainda em fevereiro. A vigência do novo salário, que atinge 1,130 milhão de trabalhadores gaúchos sem dissídio e acordo coletivo de trabalho, é em março.

DIIESE
www.diiese.org.br

A Sofrível Trajetória do Piso Regional

